

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO-FACE
CURSO PEDAGOGIA – FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS SÉRIES
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – PROJETO PROFESSOR NOTA 10**

**LÍLIA DA CRUZ TOMAZ - R.A 4025507/6
LUZÂNIA SANTANA DOS SANTOS - R.A 4025542/6
MÁRCIA MARIA GOMES DA SILVA -RA 4025558/2
MARIA APARECIDA DE SALLES FERNANDES - R.A 4025574/7
MARIA DAS GRAÇAS SOARES DE OLIVEIRA - R.A 4025601/0**

**A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO DO DEFICIENTE MENTAL
PARA A INCLUSÃO SOCIAL**

Brasília, 2005

LÍLIA DA CRUZ TOMAZ - R.A 4025507/6
LUZÂNIA SANTANA DOS SANTOS - R.A 4025542/6
MÁRCIA MARIA GOMES DA SILVA -RA 4025558/2
MARIA APARECIDA DE SALLES FERNANDES - R.A 4025574/7
MARIA DAS GRAÇAS SOARES DE OLIVEIRA - R.A 4025601/0

A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO DO DEFICIENTE MENTAL PARA INCLUSÃO SOCIAL

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB como
parte das exigências para conclusão do
Curso de Pedagogia – Formação de
Professores para as Séries Iniciais do Ensino
Fundamental – Projeto Professor Nota 10.

Orientadora: Dr^a Cássia Maria Ramalho
Salim

Brasília/DF, 2005

Agradecemos primeiramente ao nosso grande Deus, pela oportunidade de crescimento. Aos nossos familiares que souberam entender as nossas ausências e a nossa orientadora que soube nos guiar com sabedoria e paciência durante todo o trabalho.

“ Precisamos entender que democratizar a educação significa propiciar a todos o acesso e a permanência na escola.”

Vera Lúcia Flor Sénechal de Goffredo

RESUMO

Este estudo enfoca a inclusão como o novo paradigma da educação, que vem não só para responder a um direito conquistado pela criança com necessidades educativas especiais, mas vem com o objetivo principal de transformar a educação e o ensino. Destaca que a inclusão exigirá muito mais da escola do que a simples inserção do aluno na rede regular de ensino, mas requer transformações reais no seu currículo e na sua metodologia, valorizando não só o desempenho acadêmico, mas deve considerar todo e qualquer nível de desenvolvimento. Esta pesquisa teve por objetivo destacar a importância da alfabetização do deficiente mental para a inclusão social. Fundamenta legalmente e teoricamente a necessidade da escola inclusiva como o “passo indutor” de uma inclusão muito maior, a inclusão social. O estudo foi realizado por meio de pesquisa qualitativa, onde foi possível destacar a visão do professor sobre o que é inclusão, e sobre as reais potencialidades do aluno com deficiência mental na aprendizagem de conteúdos acadêmicos. É preciso que o professor esteja preparado para trabalhar com a diversidade e tenha em mente que as adaptações curriculares devem ser realizadas a favor do aluno, deficiente mental ou não. A busca pela inclusão suscita uma exigência social que não admite preconceitos, discriminações e barreiras sociais.

Palavras - Chave: Inclusão, adaptação, deficiência.

SUMÁRIO

	Pág.
I -Introdução	06
II- Fundamentação Teórica	08
1- Deficiência Mental.....	08
2- Deficiência Mental um breve histórico.....	10
3- Incidência e Diagnóstico	13
4- A Deficiência e a Proposta da Inclusão.....	15
5- Inserção Social, Inclusão e a Escola Inclusiva.....	17
6- Necessidades Educativas Especiais.....	20
7- Mudanças na Organização Pedagógica das Escolas	29
8- Adaptações Curriculares	30
9- Educação e Cidadania	34
III -Referencial Metodológico.....	36
IV -Resultados.....	37
1- Caracterização do Sujeito	37
2- Análise dos Resultados.....	37
V -Discussão dos resultados.....	50
VI - Considerações Finais	53
Referencial Bibliográfico.....	55
Anexos	

Lista de Tabelas

Tabela 01	37
Tabela 1.1	38
Tabela 02	39
Tabela 03	40
Tabela 04	42
Tabela 05	43
Tabela 06	45
Tabela 07	47
Tabela 07.1	47
Tabela 08	48
Tabela 09	49
Tabela 09.1	49

I - INTRODUÇÃO

No processo de ensino aprendizagem um dos desafios que o professor e os profissionais da educação enfrentam é alfabetização de crianças com necessidades educativas especiais. Especialmente referindo a deficiência mental, este desafio existe, principalmente ao considerarmos que é uma condição advinda de várias patologias, síndromes diversas, paralisia cerebral, erros inatos do metabolismo, o que remete a uma diversidade de características e diferentes níveis.

O Ministério da Educação do Brasil (MEC) adotou um modelo inspirado pela Associação Americana de Deficiência Mental (AAMR) (MEC, 1997) A deficiência mental é definida geralmente como funcionamento intelectual significativamente abaixo da média. O indivíduo deficiente mental apresenta necessidades educacionais especiais, precisando do processo de inclusão na escola para seu completo desenvolvimento e sua inserção na sociedade como cidadão.

Este estudo centra-se, portanto, no interesse sobre as características cognitivas, sócio-afetivas, comportamentais, desenvolvimentais e educacionais. Na reflexão sobre o processo educacional da deficiência mental é necessário abordar o processo de alfabetização do indivíduo que apresenta necessidades educativas especiais vai possibilitar fundamentos que subsidiem a formação do professor e conseqüentemente melhoria na sua prática pedagógica e aperfeiçoamento de estratégias de intervenção no processo educativo.

Para que este aprofundamento teórico se concretize, várias áreas vão ser estudadas caracterizando um estudo multidisciplinar, ao ser abordado as causas (área médica), as habilidades (área psicológica) e a aprendizagem (área educacional). Conhecer o processo de ensino aprendizagem, e como ele se dá, implica também conhecer sobre o desenvolvimento humano.

Portanto, este estudo tem como objetivo o conhecimento aprofundado das características desenvolvimentais, cognitivas, sócio-afetivas e educacionais do deficiente mental. Ao considerar a alfabetização outro objetivo refere-se à elaboração e pesquisa de estratégias facilitadoras além da elaboração de adequações curriculares.

Além da pesquisa e revisão da literatura teórica, um levantamento nas escolas públicas do Distrito Federal será realizado para verificar o processo de alfabetização dos deficientes mentais.

II – Fundamentação Teórica

1 – Deficiência Mental

MIELNIK (1987) Define a deficiência mental como sendo o desenvolvimento mental incompleto ou inadequado, acarretando transtornos para uma adaptação social, independente e autônomo. Incapacidade de um comportamento intelectual dentro das habilidades permitidas pela idade cronológica, verificada por meio de testes psicométricos.

Para Bobbio (1992) A deficiência passa a ser uma perda ou limitação de oportunidades de participação na vida em condições iguais as das demais pessoas de sua comunidade. O termo reflete aqui a extensão da incapacidade relativa ao meio onde o indivíduo se encontra. Ainda afirma Bobbio, por incapacidade ficam compreendidas as limitações funcionais que podem ser registradas e que se apresentam como físicas, sensoriais ou intelectuais, ou em decorrência de uma doença que exija cuidados médicos, ou até uma enfermidade mental, que pode ser permanente ou provisória.

Fonseca (1995) cita a definição de deficiência mental aceita internacionalmente e aprovada pela Council of Exceptional Childrem (CEC) no I Congresso Mundial (1978) sobre o Futuro da Educação Especial. A criança deficiente é a criança que se desvia da média ou da criança normal em: 1) características mentais; 2) aptidões sensoriais; 3) características neuromusculares e corporais; 4) comportamento emocional; 5) aptidões de comunicação; 6) múltiplas deficiências, até ao ponto de justificar e requerer a modificação das práticas educacionais ou a criação de serviços de educação especial no sentido de desenvolver ao máximo as suas capacidades.

A criança deficiente é aquela que apresenta Deficiência Visual, deficiência Mental, Deficiência Física, Deficiência Auditiva, Deficiência Múltipla ou Condutas Típicas, entendidas como manifestações de comportamento típicas de portadores de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social, em grau que requeira atendimento educacional especializado (Brasil, 1994).

Segundo Edler Carvalho (1997) a deficiência é contextualizada como toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou

anatômica; a incapacidade, como toda restrição ou falta, devido a uma deficiência, da incapacidade de realizar uma atividade na forma ou na medida que se considera normal a um ser humano; e o impedimento, como uma situação desvantajosa para o indivíduo, que limita seu desempenho normal, causado por idade, sexo e fatores sociais e culturais.

No que se refere ao atendimento escolar dessas crianças é importante frisar a importância do processo de inclusão. Hoje o termo portador de necessidades especiais não é mais utilizado no contexto escolar, o que se deve utilizar é necessidades educacionais especiais, que não está se referindo somente ao deficiente mental, mas abrange todos que estão a margem. Pessoas que não tem acesso às escolas ou que delas foram afastados por algum obstáculo. Portanto, o termo necessidades educacionais especiais não se refere somente ao deficiente mental, mas abrange uma grande quantidade de educando. Conforme Edler Carvalho (1997) cada aluno deve ser considerado como ser único, portanto, as suas necessidades também, uma pessoa cega tem características próprias e necessidades diferentes de uma pessoa surda. Segundo Edler desconsiderar isto é desconsiderar a diversidade.

Mader (1997) Afirma que um novo paradigma está nascendo, um paradigma que não considera a diferença como um empecilho, ao contrário vê nas diferenças uma possibilidade de crescimento. A diversidade é vista como algo natural. O estar junto no cotidiano de uma sala de aula só tem a contribuir para o crescimento do respeito às diferenças e a aceitação das limitações do outro e de si mesmo.

Goffredo (1991) Confirma que a escola num ambiente democrático é o principal meio de instrumentalização do indivíduo para o exercício de suas funções na sociedade. Portanto, é necessário e de importância vital que todos os alunos sem exceção sejam aceitos na escola. E que as leis da política nacional de educação contemplem a todos.

P.C.N – Educação Especial (1999) O processo de inclusão não se limita somente ao deficiente mental, mas abrange toda a diversidade existente na comunidade escolar. Edler Carvalho (1997) reafirma que o processo de inclusão beneficia a todos os alunos, uma vez que proporciona sentimentos de respeito à

diferença, de cooperação e de solidariedade. Quanto maior for a diversidade, maior a riqueza do conjunto que a compõe.

Stainback (1992) para o autor o conceito de inclusão reflete mais clara e precisamente o que é adequado: todas as crianças devem ser incluídas na vida social e educacional da escola e classe de seu bairro, e não somente colocadas no curso geral.

Boneti (1996) A educação inclusiva oferece a heterogeneidade como uma possibilidade de enriquecimento do grupo. Para que a escola ofereça uma educação de qualidade é necessário entre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças.

Segundo Mantoan (1997) cada escola deve encontrar respostas educativas para as necessidades próprias dos seus alunos. E ainda, Carvalho (1995), afirma, inserir os alunos com necessidades especiais na rede pública é o primeiro passo para a integração social e para a jornada da inclusão, seria o que a autora chama de passo “indutor”.

Antoan (1997) A inclusão favorece o processo de inserção social de forma mais radical, completa e sistemática. A inclusão favorece a educação para todos e com um ensino especializado no aluno, mas não consegue implantar uma opção de inserção tão revolucionária sem enfrentar um desafio ainda maior, o que recai sobre o fator humano.

Sassaki (1998) Uma escola inclusiva é caracterizada pelo compromisso de desenvolver continuamente a capacidade de acolher uma ampla gama de diferenças individuais entre seus alunos.

2 - Deficiência Mental um breve histórico

Desde épocas remotas no percurso da humanidade, o deficiente mental, como qualquer indivíduo com deficiência física, sensorial ou comportamental, esteve de algum modo sujeito a segregação, como é comprovado nos registros históricos. Ou seja, a humanidade sempre demonstrou resistência para aceitar o que não estava de acordo com os padrões estabelecidos pela cultura predominante da época.

A deficiência sempre existiu, independente da época, da cultura, e da sociedade. Porém, em cada momento da história a discriminação em qualquer medida diferenciava os indivíduos com deficiência. Em diversas épocas e em culturas diferentes, até o direito a vida era negado ao deficiente, ou então considerado como ameaça a sociedade por serem ou demoníacos ou ladrões ou assassinos.

De acordo com a literatura, vários autores dizem que na idade antiga e média, em diferentes culturas e em épocas diversas, o sacrifício de indivíduos deficientes, os que estavam fora do padrão da normalidade vigente na época, era comum. Diversas culturas, numa perspectiva mística consideravam a deficiência como algo sobrenatural (ação ou posse demoníaca) originando sentimentos de medo, repugnância e conduzindo a atitudes de abandono, castigo, punição e exorcismo. Ferreira e Guimarães,(2003).

Rosadas (1994), afirma que o problema acompanha o deficiente desde a Antiguidade como um estigma social e cultural. Para Fonseca (1995) a palavra estigma vem do grego *Stigma* traduz um conjunto de valores e de atitudes dependentes do envolvimento cultural em que o indivíduo se encontra. O autor afirma ainda, que a problemática da deficiência ou o estigma da deficiência reflete a maturidade humana e cultural de uma determinada comunidade, onde este deficiente está inserido. Para ele há implicitamente uma relatividade cultural, que é a base para o julgamento e classificação que distingue quem é deficiente ou não- deficiente. Para o autor essa classificação, rótulo ou estigma é só para excluir aqueles que ameaçam de alguma forma a ordem social.

A aceitação, inserção social e intervenção com indivíduos deficientes tem variado muito durante os séculos. O preconceito e a falta de conhecimentos protagonizaram atitudes antagônicas nas sociedades, fazendo com que durante toda a história os conhecimentos e as atitudes se modificassem em relação aos indivíduos com deficiência, porém, caracteristicamente a discriminação persistindo. As atitudes preconceituosas que consistem em verdadeiros obstáculos, para a vida dos deficientes, sobrevivem até hoje, apesar dos avanços dos conhecimentos da medicina, psicologia, educação, antropologia e filosofia.

No século XVIII começam os primeiros estudos científicos a respeito da deficiência mental, as suposições perpetuadas durante séculos começam a ser

esclarecidas e os conhecimentos se multiplicam passando a explicar a deficiência de outra forma. Teixeira (2003) esclarece que somente com o Renascimento (Século XIV), foi possível uma mudança significativa na posição da sociedade frente a pessoa com deficiência, abrindo-se caminho para a ciência. Essa postura levou ao afastamento da visão mística e a criação de novas perspectivas humanísticas. A deficiência passou a ser explicada, assim, por um prisma de causalidades naturais, embora passasse a ter um caráter patológico. Tal pensamento permaneceu até o advento da ciência, no século XVIII, época caracterizada por interrogações, tais como: “devem os indivíduos buscar ajuda para seus males físicos e mentais, em terapias e medidas educacionais?”

Fonseca (1995), esclarece que no século XIX que se iniciam os primeiros estudos científicos da deficiência, mais inclinados para a deficiência mental do que para outras deficiências. Neste período, são de destacar, pelo seu interesse global, os trabalhos de Esquirol, Séguin, Itard, Wundt, Ireland, Ducan e Millard, Morel, Lombroso, Down, Galton, Tuke, Rush, Dix. O caráter científico e o de investigação se colocam presente em todas as áreas do conhecimento. Nos Estados Unidos da América e na Europa, surgem as escolas especializadas para cegos. Surge o método de Leitura Braille.

Teixeira (2003), considera que foi nesta época que começou a ser valorizado a capacidade de trabalho das pessoas consideradas deficientes. Esta valorização conduziu a busca da aprendizagem de algum ofício. Muitos autores destacam, por exemplo, o trabalho pedagógico de Hellen Kelle, deficiente sensorial (visão e audição) após ter sido educada por Ane Sullivan.

A evolução da psicologia como ciência veio fundamentar a compreensão da problemática da deficiência mental, surgindo o conceito de idade mental. Este conceito gradualmente evolui fazendo com que a deficiência mental perdesse seu caráter de bem e de mal. A deficiência mental então começa a ser vista como uma condição humana.

Fonseca (1995) afirma que o contexto do deficiente exige a mudança de atitude, para posteriormente se mudarem as ações. Hoje os movimentos pelos direitos humanos tem buscado a valorização dos deficientes, como de todas as minorias. Entretanto, ainda prevalece o assistencialismo. O indivíduo com deficiência é considerado ainda como um “coitado”, como aquele que necessita

de ajuda. O atendimento do deficiente tem muitas vezes um caráter caritativo em detrimento do educacional e do formativo de cidadania.

Na opinião de Mazzota (1996), muitos profissionais da área educacional e legislativa consideram a educação especial como merecedora de louvor pelo seu caráter abnegado de ter disponibilidade para ensinar os indivíduos deficientes conferindo assim atributo assistencial e não educacional.

Os movimentos internacionais e nacionais tem lutado para propiciar aos indivíduos com deficiência, seja ela mental, física ou sensorial uma vida mais produtiva compreendendo a importância de sua inserção e integração na sociedade. (MEC, 1997)

3 - Incidência e Diagnóstico

De acordo com Organização Mundial de Saúde, 10% (dez por cento) da população brasileira é composta de pessoas portadora de deficiência, das quais 05% (cinco por cento) são portadoras de deficiência mental. Em dados atuais, essa cifra corresponde a 750.000 (setecentos e cinquenta mil) pessoas.

Esse número é muito expressivo e reflete a grande necessidade de se pensar a deficiência mental na sociedade, e de que modo essa população específica possa estar sendo atendida nos seus direitos e necessidades.

Quando pensamos na deficiência mental, é preciso refletir sobre suas causas, até mesmo para buscar formas de preveni-la ou de reduzir sua incidência. Segundo Carvalho (1999), encontramos 4 (quatro) tipos de fatores causais, sendo esses fatores interativos e cumulativos, são eles:

- fatores biomédicos

Dizem respeito a processos biológicos. Dentre eles destacam-se os problemas metabólicos (fenilcetonúria), as síndromes morfológicas (microcefalia), síndromes neurológicas (distrofia muscular), doenças infecciosas, intoxicação, traumatismos crânio-encefálicos, tumores, transtornos mentais, etc;

- fatores sociais

Dizem respeito à interação familiar e social e relacionam-se à situação de extrema privação ambiental e à ausência de interação social e familiar;

- fatores comportamentais

Estão associados a comportamentos potencialmente causais, tais como a síndrome da criança maltratada, golpeada, seviciada, abusada ou negligenciada. Tanto os aspectos emocionais podem estar envolvidos como os traumas crânio – encefálicos decorrentes;

- fatores educacionais

Estão associados ao não atendimento das exigências de apoio e suporte que certas crianças necessitam para o seu desenvolvimento intelectual e das habilidades adaptativas.

A literatura especializada revela que muitas causas de deficiência mental são desconhecidas. Estudos recentes segundo Carvalho (1999) , revelam que 50% (cinquenta por cento) das causas de deficiência mental dos tipos menos graves são desconhecidas e entre as mais agravadas , 30% (trinta por cento) têm a sua origem desconhecida.

Segundo Fonseca (1995), as aberrações cromossômicas e genéticas contribuem apenas com uma pequena percentagem para os casos da deficiência mental, se for, comparados aos outros fatores como os fatores biológicos, sociais e envolvimentoais, antes e depois do nascimento. E ainda Fonseca esclarece, as condições socioculturais e a qualidade de vida influenciam profundamente as funções psicobiológicas, que na ausência de uma lesão cerebral, de deficiências hereditárias ou lesões perinatais, participam significativamente nos níveis de adaptação social.

Segundo Carvalho (1999), é importante se conhecer as causas da deficiência mental para que se possa preveni-la, e ainda detectar as possíveis limitações que ela possa vir a provocar nas pessoas e, principalmente, identificar os meios para sanar essas causas.

De acordo com Fonseca (1995), prevenir vale mais do que muita terapia, é certo que a aplicação e a implementação de medidas preventivas com ampla

cobertura médico-social de toda a população sem quaisquer segregações ou discriminações pode reduzir significativamente a incidência da deficiência mental.

Hoje o Brasil trabalha com três níveis de prevenção, sendo eles:

- medidas de prevenção primária

Programas contra drogas e o álcool, educação sanitária das populações, esclarecimentos a sociedade sobre o risco de mães muito jovens ou com idade superior aos 40 anos, medidas de planejamento familiar e aconselhamento genético e do diagnóstico pré-natal, combate ao analfabetismo funcional, medidas de vacinação contra doenças como a rubéola. É preciso incluir ainda, a prevenção de problemas resultantes da malnutrição, envenenamentos, fator Rh, imunizações, acidentes, infecções intra-uterinas, “abusos de crianças, etc;

- Medidas de prevenção secundária

A identificação nos primeiros tempos de maturação pode permitir a prescrição de programas de estimulação, de reabilitação, de desenvolvimento e de reforço;

- Medidas de prevenção terciária

Programas de educação especial, de qualificação profissional para pessoas com deficiência e programas de reabilitação, são ações que reduzem as conseqüências dos problemas gerados pelas deficiências e melhoram o funcionamento da pessoa.

4- A Deficiência e a Proposta da Inclusão

A integração social do deficiente tem, como descrito no item anterior preocupado diversos setores da sociedade. A partir desta preocupação, o processo de inclusão educacional começou a ser elaborado legalmente e sua execução prática tem acontecido gradualmente.

Conforme Fonseca (1995) afirma ao refletir sobre a condição da deficiência clama pela conscientização dos direitos, pensamentos e sentimentos, a existência, enfim, do indivíduo com deficiência. Realça também, que a despeito da limitação física, mental ou sensorial que afeta o comportamento tornando-os atípicos, conseqüentemente apresentando discrepâncias no desenvolvimento biopsicossocial, o indivíduo com deficiência deseja ser considerado como pessoa que tem deveres, direitos, responsabilidades e principalmente almeja, responsabilidades e principalmente almeja exercer seu direito à cidadania.

(MEC, 1997) O exercício pleno da cidadania é conquistado pela inserção na sociedade. Um dos fatores de inserção social é a educação. A conquista da igualdade de oportunidades para o deficiente traduz o direito a educação e a saúde, assim, diversos sistemas sociais são postos a disposição de todos, especialmente das pessoas portadoras de deficiência, sendo a educação um desses direitos conquistados.

De acordo com Edler Carvalho (1997), o acesso à educação hoje independe da deficiência, todos tem direito e acesso à educação. Os deficientes mentais tanto são considerados como cidadãos comuns quanto cidadãos peculiares. Comuns ao ter direito a educação com igualdade. Peculiares ao ficar claro que é preciso garantir-lhes igualdade de acesso à educação como parte integrante do sistema educativo, independente do tipo de deficiência que possuam.

Edler Carvalho (1997) afirma ainda, que em 1994 na Espanha foi elaborado o documento denominado de Declaração de Salamanca que convocou todos os países ao exercício efetivo de uma educação para todos, previsto na Declaração dos Direitos Humanos. Na declaração de Salamanca, constam as Linhas de Ação sobre a Educação dos Portadores de Necessidades Educativas Especiais, tendo como objetivo orientar organizações e governos em suas práticas, de acordo que todos sejam acolhidos e aceitos independentemente das suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou qualquer outra. Assim, a proposta é que as escolas possam acolher a todos, tanto a criança com deficiência, quanto às bem-dotadas. Sem distinção de cor, classe social, ou origem, o princípio da igualdade.

Conforme afirma Fonseca (1995) o deficiente jamais pode ser privado de uma experiência no real, pois todas as experiências servem para tirá-lo do isolamento. A escola é uma dessas experiências. Todos podem aprender, assim, é o deficiente, visual, auditivo e até mesmo aqueles que não aprendem matérias escolares, mas podem ser excepcionais numa atividade profissional ou num desporto. Não podemos restringir a aprendizagem a matérias escolares.

José e Coelho (2004) levanta alguns questionamentos a respeito do que seja aprendizagem, reconhece que muitos restringe o seu significado ao conteúdo didático da escola, como resultado do ensino. As autoras afirmam que o termo aprendizagem tem um sentido amplo e não se restringe somente a escola, e muitos menos aos conteúdos didáticos. A aprendizagem abrange signos, símbolos, hábitos, os aspectos de nossa vida afetiva e a assimilação de valores culturais.

Na opinião de Goffredo (1997) que analisa a Declaração de Salamanca cujos os princípios norteadores segundo o autor são: o reconhecimento das diferenças, o atendimento às necessidades de cada um, a promoção da aprendizagem, o reconhecimento que a escola é para todos e a importância da formação do professor. Este processo de democratização do ensino deve acontecer dentro de regras claras e aplicáveis a todos independente de raça, cor, sexo, religião e origem social.

Por outro lado Goffredo (1997) levanta questões que merecem reflexão de toda comunidade escolar. O importante não é só garantir a vaga do Portador de Necessidades Educativas Especiais, mas o grande desafio está em mantê-lo na escola. É preciso associar o acesso à permanência com qualidade e igualdade.

5- Inserção Social, Inclusão e a Escola Inclusiva

O Brasil adota a proposta da Declaração de Salamanca, comprometendo-se então com a construção de um sistema educacional inclusivo, no que se refere ao aluno com necessidades educativas especiais. Em 20 de dezembro de 1996, a Lei 9.394 estabeleceu as diretrizes e bases da Educação Nacional, nos seus artigos 58,59,60, garantiu a oferta de educação escolar para Portadores de

Deficiência a partir do nascimento, com currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas, para atender às suas necessidades. No Inciso III do Artigo 59, enfatizou-se que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos, professores com especialização, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração destes (Brasil, 1999). Propõe ainda, no seu artigo 58, a oferta de Educação Especial, preferencialmente na rede regular, e a oferta de serviços especializados sempre que não for possível a sua integração nas classes de ensino regular.

Em 1998, Os Parâmetros Curriculares Nacionais (P.C.N) vieram nortear e orientar os profissionais da educação, tanto na relação professor /aluno, quanto no desenvolvimento no processo de ensino aprendizagem. Assim segundo os PCNs para Educação Especial (1999) afirma que a inclusão escolar constitui, um proposta politicamente correta, representando valores simbólicos importantes, que dizem respeito a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, e que o ambiente educacional seja favorável a diversidade. Afirma ainda, que o plano teórico-ideológico da escola inclusiva requer uma superação dos obstáculos impostos pelas limitações do próprio sistema de ensino. Isso diz respeito não só a formação de recursos humanos, mas também pedagógicos e físicos. Essas são condições que terão que ser conquistadas.

De acordo ainda com os PCNs (Educação Especial) (1999), a educação se destaca por ser um meio privilegiado de favorecer o processo de inclusão social dos cidadãos. A mediação deste processo é a escola aberta realmente para todos, como instância sociocultural. Assim, a educação especial não é mais um anexo ao ensino regular. Os objetivos e a finalidade se fundem em um único processo a inclusão social sem distinção.

A expressão necessidades educacionais especiais pode ser utilizada para referir-se a crianças e jovens cujas necessidades decorrem de altas habilidades ou de suas dificuldades para aprender. Está associada, a dificuldades de aprendizagens e não necessariamente vinculada a deficiência. Necessidades educacionais podem ser identificadas em diversas situações representativas das dificuldades como decorrência de condições individuais, econômicas ou socioculturais dos alunos: crianças com condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais diferenciadas; crianças com deficiência e bem dotadas;

crianças trabalhadoras ou que vivem nas ruas; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais; crianças de grupos desfavorecidos ou marginalizados.

O objetivo do processo de inclusão perpassa tanto a política educacional como social. Na educação, conforme Mittler (2003) a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas para assegurar as mesmas oportunidades para todos os alunos e garantir o acesso e a participação de todos impedindo a segregação e o isolamento.

A partir deste objetivo procura-se então beneficiar a diversidade lingüística e étnica, a diversidade nos potenciais e nas capacidades, ou aqueles de acordo com Mittler (2003) que correm o risco de exclusão.

No sentido de ampliar e revelar nuances inerentes a conceituações de tema novo, polêmico, multidisciplinar, com a função de repensar paradigmas, serão descritos e comentados alguns conceitos pertinentes a inserção social e inclusão educacional.

Para Mittler(2003) inclusão refere-se a uma reforma radical no processo educacional e nas escolas. Implica em reformulação de currículos, das avaliações da prática pedagógica e até mesmo das formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula. É um conceito, conforme este autor que fundamentado em um sistema de valores busca o bem estar de todos na escola, independente do gênero, da nacionalidade, da etnia, da língua, do nível sócio econômico cultural, da deficiência.

Mantoon (1997) comenta que o conceito de inclusão exprime uma noção mais ampla do que meramente do dever de inserir todos nas escolas regulares e todos participarem do que denomina de “corrente principal”. Para ela inclusão consiste na inserção de forma mais radical, completa e sistemática.

Moraes (1997) acredita que a partir do conceito de inclusão um novo paradigma educacional está emergindo. Este paradigma vem propor o respeito as diferenças, à diversidade cultural entre os seres humanos. Nele promove-se o ensino do respeito à diversidade sem permanecer somente na subjetividade ou estar indiferente, mas buscando um mundo mais harmonioso.

Macedo e Amaro (2004) ao refletirem sobre a premissa básica inerente a Educação Inclusiva e Educação para todos discorrem que inclusão pressupõe

considerar as singularidades dos alunos, a respeitar as suas características e peculiaridades e investir no potencial do seu desenvolvimento e aprendizagem. Eles consideram ainda que a maneira como aproveitam o que é vivenciado no contexto educativo depende da diferenciação de ritmos, habilidade, peculiaridades que se apresentam.

A conceituação de educação inclusiva perpassa a proposta das escolas inclusivas que conforme Manton (1997), a escola inclusiva deve considerar todos os alunos e se estruturar em função das suas necessidades. No entanto a inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois a escola não tem que se estruturar somente em função das necessidades dos alunos, mas em função de toda comunidade escolar, apoiando a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, objetivando o sucesso na corrente educativa geral.

Enfim conforme esclarece Fungueto (2003) o dever da escola inclusiva é promover oportunidades que garantam o convívio de peculiaridades e singularidades resultando no respeito à diversidade, acolhendo de forma flexível a todos da comunidade.

Ao refletir sobre deficiência, inserção social, inclusão e a escola inclusiva buscou-se fundamentos para a reflexão de interesse neste e tudo que é a inclusão do indivíduo que com necessidades educacionais especiais por apresentar comprometimento em sua capacidade cognitiva.

6- Necessidades Educacionais Especiais

Segundo PCNs Adaptações Curriculares (1999), a expressão necessidades educacionais especiais pode ser utilizada para referir-se a crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender.

A diversidade existente na comunidade escolar deve contemplar uma ampla dimensão de características. Necessidades educacionais especiais podem ser identificadas em diversas situações representativas de dificuldades de aprendizagem, como decorrência de condições individuais, econômicas ou socioculturais dos alunos. Brasil (1994), a atual Política Nacional de Educação

Especial aponta para uma definição de prioridades no que se refere ao atendimento especializado a ser oferecido na escola para quem dele necessitar.

Objetivando a uniformização terminológica e conceitual, a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação propõe as seguintes características referentes às necessidades especiais dos alunos, descritos nos PCNs Adaptações Curriculares (1999):

Superdotação

Notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos isolados ou combinados:

- capacidade intelectual geral;
- aptidão acadêmica específica;
- pensamento criativo ou produtivo;
- capacidade de liderança;
- talento especial para artes;
- capacidade psicomotora.

Condutas Típicas

Manifestações de comportamento típicas de portadores de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social, em grau que requeira atendimento educacional especializado.

Deficiência auditiva

Perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido. Manifesta-se como:

- surdez leve/ moderada: perda auditiva de até 70 decibéis, que dificulta, mas não impede o indivíduo de se expressar oralmente,

bem como de perceber a voz humana, com ou sem a utilização de um aparelho auditivo;

- surdez severa / profunda: perda auditiva acima de 70 decibéis, que impede o indivíduo de entender, com ou sem aparelho auditivo, a voz humana, bem como de adquirir, naturalmente o código da língua oral.

Deficiência Física

Variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou da fala, como decorrência de lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, ou, ainda, de malformações congênitas ou adquiridas.

Deficiência Mental

Caracteriza-se por registrar um funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos:

- comunicação:

Diz respeito às habilidades para compreender, expressar informações por meio de palavras faladas ou escritas, linguagem gestual, digital e de sinais, toque, gestos, expressões corporais, etc, para compreender as emoções e as mensagens das outras pessoas;

- cuidados pessoais:

Refere-se às habilidades que asseguram a higiene pessoal, a alimentação, o vestuário, o uso do sanitário, etc;

- habilidades sociais:

Refere-se às habilidades para fazer escolhas, tomar iniciativas, cumprir planejamentos, atender aos próprios interesses, cumprir tarefas, pedir ajuda, resolver problemas, defender-se, explicar-se, etc;

- desempenho na família e comunidade:

Diz respeito às trocas sociais na comunidade, ao respeito e as relações com vizinhos, colegas, amigos e membros da comunidade, compartilhar e cooperar, respeitar limites e normas, fazer escolhas, controlar impulsos, resistir às frustrações, etc;

- saúde e segurança:

Diz respeito às habilidades para cuidar da saúde, evitar doenças, cuidar da segurança, evitar perigos, seguir leis de trânsito e outras que visem ao bem-estar e à saúde; desenvolver hábitos pessoais adequados, comunicar necessidades, etc;

- desempenho escolar:

Refere-se às habilidades relacionadas à aprendizagem dos conteúdos curriculares propostos pela escola, que têm relação com a qualidade de vida das pessoas, como ler, escrever, calcular, obter conhecimentos científicos, sociais, relativos à sexualidade e outros, que permitem maior funcionalidade na vida, independentemente do nível escolar alcançado;

- lazer e trabalho:

Diz respeito às habilidades para desenvolver interesses e participar de atividades de entretenimento individual e coletivo, de acordo com a idade e com o ambiente cultural e comunitário; comportar-se adequadamente, compartilhar, retomar, completar, pedir ajuda, cooperar, na realização de atividades. Em relação ao trabalho refere-se às habilidades para realizar um trabalho em tempo parcial ou total comportando-se apropriadamente, cooperando, compartilhando, concluindo as tarefas, tomando iniciativas, administrando bem o

salário, aceitando a hierarquia e as próprias limitações e as dos demais, realizando atividades independentes.

Deficiência visual

É a redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após correção ótica. Manifesta-se como:

- cegueira: perda da visão, em ambos os olhos, de menos de 0,1 no melhor olho após correção, ou um campo visual não excedente a 20 graus, no maior meridiano do melhor olho, mesmo com o uso de lentes de correção. Sob o enfoque educacional, a cegueira representa a perda total ou o resíduo mínimo de visão que leva o indivíduo a necessitar do método Braille como meio de leitura e escrita, além de outros recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação;
- visão reduzida: acuidade visual dentre 6/20 e 6/60, no melhor olho, após correção máxima. Sob o enfoque educacional, trata-se de resíduo visual que permite ao educando ler impressos a tinta, desde que se empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais.

Deficiência múltipla

É a associação, na mesma pessoa, de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/auditiva/física), com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa.

Segundo Montoan (1999), o atendimento educacional deve estar disponível em todos os níveis de ensino escolar, de preferência nas escolas comuns da rede regular. Este é o ambiente escolar mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com seus pares de mesma idade

cronológica e para a estimulação de todo o tipo de interação que possa beneficiar seu desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo.

O desafio da inclusão

Na realidade a maioria das escolas estão bem distantes da inclusão, professores que desconhecem os novos caminhos da educação. Mudar as escolas para uma verdadeira educação inclusiva exige trabalho e a redefinição do projeto pedagógico da escola. Segundo Mantoan (1999), a maioria das escolas hoje que desenvolvem um projeto de inclusão, esses projetos dizem respeito a inclusão parcial os quais não estão associados a mudanças de base nestas instituições e continuam a atender aos alunos com deficiência em espaços escolares semi ou totalmente segregados.

De acordo com a nossa Constituição Federal que elege como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1^a . inc. II e III), e como um dos seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo , cor idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3^o , inc. IV) no art. 5^o garante o direito a igualdade, nos artigos 205 garante a todos o direito a educação. Esse direito visa o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. No artigo 206 Inc. I elege como um dos princípios para o ensino, a igualdade de condições de permanência na escola. No artigo 208, V acrescenta que o “dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

Somente a Constituição Federal já garantiria a todos o direito a educação e o acesso a escola, assim, a escola deve acolher a todos sem distinção, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça e sexo.

Posterior a LDBEN, surge uma nova legislação que revoga as disposições anteriores, sou seja, revoga as leis criadas anteriormente. Esta nova legislação trata-se da Convenção Interamericana para eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência, celebrada na Guatemala.

No Brasil, esta lei tem valor de uma lei ordinária, pois o Brasil é signatário desse documento, que foi aprovado pelo Congresso Nacional por meio do

Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001, e promulgado pelo Decreto nº 3 956, de 8 de outubro de 2001, da Presidência da República.

Mantoan (2003), a educação inclusiva garante o cumprimento do direito constitucional indisponível de qualquer criança de acesso ao Ensino Fundamental, já que pressupõe uma organização pedagógica das escolas e práticas de ensino que atendam às diferenças entre os alunos, sem discriminações indevidas, beneficiando a todos com o convívio e crescimento na diversidade.

Goffredo (1992), a escola como espaço inclusivo, terá que abandonar a condição de instituição burocrática, e deve transformar-se num espaço de decisão, ajustando-se ao seu contexto real e respondendo aos desafios que se apresentam.

A inclusão vem não só para quebrar barreiras arquitetônicas, mas vem quebrar barreiras cristalizadas em torno de grupos estigmatizados (Werneck, 1997)

A inclusão busca uma escola que reflita criticamente, que não tenha medo de se arriscar, que tenha ousadia bastante para transformar o que está estabelecido, em busca de novos rumos, em resposta as necessidades de uma inclusão efetiva. Mantoan (1997), cabe à escola encontrar respostas educativas para as necessidades de sés alunos.

É na busca de respostas para atender a diversidade que a proposta pedagógica será construída, sendo que todos tem que ser beneficiados, alunos, professores, família e comunidade. Segundo Goffredo (1992), o planejamento da ação educativa deve ser participativo, isto é, deve envolver os educadores da educação especial e da educação regular. O professor precisa ser parte integrante da equipe escolar, entender que cada aluno desenvolve meios diferentes de aprendizagem e, por isso, às vezes utilizam caminhos que o próprio professor desconhece.

O sucesso do aluno não pode depender da sua própria capacidade de adaptação. Na escola inclusiva é preciso que a escola se adapte as necessidades do aluno. Esteban (1992), a diferença não pode estar ligada a capacidade de uns e a incapacidade de outros, a existência da diversidade aponta a necessidade de

um trabalho escolar que possa incorporar a heterogeneidade que constitui o real, sendo o projeto pedagógico construído a partir das diferenças.

A escola inclusiva representa o direito a cidadania, e modificações deverão ser efetuadas para garantia não só do acesso mas da permanência de todos na escola.

Para que se faça cumprir a Constituição Federal e a convenção da Guatemala, não existe necessidade de alteração da LDBEN, mas de sua aplicação. O que muda realmente é a execução prática de seu capítulo referente à Educação Especial.

De acordo com Melo e Silva (2004), os órgãos responsáveis pela emissão de atos normativos infralegais e administrativos relacionados à Educação (Ministério da educação, conselhos de Educação e Secretarias de todas as esferas administrativas), devem emitir diretrizes para a Educação Básica, em seus respectivos âmbitos, considerando os termos da promulgada Convenção da Guatemala no Brasil, com orientações adequadas e suficientes para que as escolas em geral recebam com qualidade a todas as crianças e adolescentes.

Estas diretrizes e atos devem observar, no mínimo, os seguintes aspectos fundamentais:

- é indispensável que os estabelecimentos de ensino eliminem suas barreiras arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação, adotando métodos e práticas de ensino escolar adequadas às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade dos alunos, além de recursos de ensino e equipamentos especializados, que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com e sem deficiências, mas sem discriminações;
- faz-se necessária ainda a adoção de recursos de comunicação alternativa / aumentativa, principalmente para alunos com paralisia cerebral e que apresentam dificuldades funcionais de fala e escrita. A comunicação alternativa/ aumentativa contempla os recursos e estratégias que complementam ou trazem alternativas para a fala de difícil compreensão ou inexistente (pranchas de

comunicação e vocalizadores portáteis). Prevê ainda estratégias e recursos de baixa ou alta tecnologia que promovem acesso ao conteúdo pedagógico (livros digitais, softwares para leitura, livros com caracteres ampliados) e facilitadores de escrita, no caso de deficiência física, com engrossadores de lápis, órteses para digitação, computadores com programas específicos e periféricos (mouse, teclado, acionadores especiais).

- Em caso de deficiência visual, a escola deve providenciar para o aluno, após a sua matrícula, o material didático necessário, como regletes, soroban, além do ensino de código Braille e de noções sobre orientação e mobilidade, atividades de vida autônoma e social. Deve também conhecer e aprender a utilizar ferramentas de comunicação, que por sintetizadores de voz possibilitam aos cegos escrever e ler, via computadores. É preciso, contudo, lembrar que a utilização desses recursos não substituem o currículo e as aulas nas escolas comuns de ensino regular.
- Quanto a deficiência mental, este parece ser o maior problema da inclusão nas escolas comuns. (...) Os alunos com deficiência mental, especialmente os casos mais severos, são os que forçam a escola a reconhecer a inadequação de suas práticas para atender às diferenças dos educandos.

De fato, as práticas escolares convencionais não dão conta de atender à deficiência mental, em todas as suas manifestações, assim, como não são adequadas às diferentes maneiras de os alunos, sem qualquer deficiência, abordarem e entenderem um conhecimento de acordo com suas capacidades. Essas práticas precisam ser urgentemente revistas, porque, no geral, elas são marcadas pelo conservadorismo, são excludentes e conforme visto, inviáveis para o alunado que temos hoje nas escolas, em todos os seus níveis. (...) é importante ressaltar que não existe receitas prontas para atender a cada necessidade educacional de alunos com deficiência que a natureza é capaz de

produzir. Existem milhares de crianças e adolescentes cujas necessidades são quase únicas no mundo todo. Assim, espera-se que a escola, ao abrir as portas para tais alunos, informe-se e oriente-se com profissionais da Educação e da Saúde sobre as especificidades e instrumentos adequados para que aquele aluno encontre ali um ambiente adequado, sem discriminações e que lhe proporcione o maior e melhor aprendizado possível.

7- Mudanças na Organização Pedagógica das Escolas

Segundo os PCNs Adaptações Curriculares (1999), ver as necessidades especiais dos alunos que serão atendidos nas escolares regulares de ensino requer que os sistemas educacionais modifiquem, não apenas as suas atitudes e expectativas em relação a esses alunos, mas, também, que se organizem para constituir uma real escola para todos, que dê conta dessas especificidades.

Segundo Perrenoud ((2001), é preciso encontrar um sistema de trabalho individualizado, que permita que o professor consiga trabalhar com os alunos sem esquecer da totalidade da turma, mas dando maior atenção ao mais necessitados, isso pressupõe um plano de trabalho, um material diversificado, autodescritivo e autocorretivo, regras de funcionamento negociadas com o alunos. O professor precisa estabelecer objetivos, limitar as ambições. No entanto esse trabalho deverá ser construído junto com os demais seguimentos da escola. O professor deverá essencialmente analisar lucidamente suas escolhas.

É desestimulante para o professor trabalhar com a diferenciação em um sistema escolar que busca condições ótimas para os seus alunos. Para diferenciar é necessário que o professor tenha opções claras nesse sentido e tenha ao seu dispor recursos que possa lançar mão quando preciso. É preciso um enfrentamento das condições reais da escola para que se possa estabelecer metas, e cada escola deverá dentro das suas necessidades verificar as suas reais prioridades.

A diferenciação não deverá permitir que a escola perda os seus reais objetivos, más também deverá ser flexível no seu processo de avaliação. Perrenoud (2001), para enfrentar as dificuldades de uma criança, muitas vezes é preciso saís dos caminhos conhecidos, distanciar-se do programa e da didática,

para reconstruir suas noções básicas, incutir-lhes confiança, reconciliá-la com a escola. Para trabalhar com a diversidade o professor perde o centro, o professor torna-se pessoa-recurso, coordenador de atividades descentralizadas. Continua sendo o maestro da orquestra, mas os alunos não tocam mais juntos.

Perrenoud propõe ainda, um programa de 10 pontos para que se possa trabalhar com a diversidade com sucesso em sala de aula, são eles:

- 1- instaurar uma diferenciação sistemática do ensino;
- 2- romper com a estrutura do curso em graus;
- 3- esclarecer os objetivos didáticos;
- 4- currículo obrigatório: escolher o menor denominador comum;
- 5- avançar rumo a uma avaliação formativa;
- 6- medir a eficácia do ensino com realismo;
- 7- aumentar o sentido e o interesse do trabalho escolar;
- 8- ampliar o ambiente educativo;
- 9- “interessar” os professores pelo sucesso dos alunos;
- 10- esquecer a “igualdade de oportunidades”.

No entanto, segundo o próprio Perrenoud cada um desses pontos remete a uma política educacional que deve ser realizada em todo o sistema ou, ao menos em uma ordem de ensino. Somente esse tipo de política pode criar as condições para uma diferenciação sistemática da ação pedagógica compatível com as diferenças entre alunos.

8- Adaptações Curriculares

A aprendizagem escolar está diretamente ligada ao currículo. Que está organizado para orientar os diversos níveis de ensino e as ações dos professores. De acordo com Manjón (1995), currículo é o conjunto de experiências que a escola, como instituição, põe a serviço dos alunos com o objetivo de potenciar o seu desenvolvimento integral, e ainda, o projeto que preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona guias de ação adequados e úteis para os professores.

Para que o deficiente mental tenha acesso a uma educação efetiva, é necessário que a escola coloque a sua disposição condições adequadas de

ensino e aprendizagem, e uma dessas condições são as adaptações curriculares. Segundo os PCNS Adaptações Curriculares (1999), Não estamos em busca de um novo currículo, mas estamos em busca de um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Nessas circunstâncias, as adaptações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem:

- o que o aluno deve aprender;
- como e quando aprender;
- que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem;
- como e quando avaliar o aluno.

Para que o aluno com necessidades educacionais especiais possam participar integralmente em um ambiente rico de oportunidades educacionais com resultados favoráveis, alguns aspectos precisam ser considerados, como: preparação do corpo docente, apoio adequado e recursos especializados, adaptações curriculares e de acesso ao currículo.

O currículo nesta visão se torna útil, pois facilita o acesso da criança com necessidades educacionais especiais para beneficiar o seu desenvolvimento pessoal e social. Segundo os PCNs adaptações Curriculares (1999), as adaptações organizativas têm um caráter facilitador do processo de ensino aprendizagem e dizem respeito:

- ao tipo de agrupamento de alunos para a realização das atividades de ensino-aprendizagem;
- à organização didática da aula – propõe conteúdos e objetivos de interesse do aluno ou diversificados, para atender às suas necessidades especiais, bem como disposição física de mobiliários, de materiais didáticos e de espaço disponíveis para trabalhos diversos;
- à organização dos períodos para o desenvolvimento das atividades previstas – propõe previsão de tempo diversificada para desenvolver os diferentes elementos do currículo na sala de aula.

As adaptações relativas aos objetivos e conteúdos dizem respeito:

- à priorização de áreas ou unidades de conteúdos que garantam funcionalidade e que sejam essenciais e instrumentais para as aprendizagens posteriores. Ex: habilidades de leitura e escrita, cálculos etc;
- à priorização de objetivos que enfatizam capacidades e habilidades básicas de atenção, participação e adaptabilidade do aluno.
- à sequenciação pormenorizada de conteúdos que requeiram processos gradativos de menor à maior complexidade das tarefas, atendo à seqüência de passos, à ordenação da aprendizagem etc;
- ao reforço da aprendizagem e à retomada de determinados conteúdos para garantir o seu domínio e a sua consolidação;
- à eliminação de conteúdos menos relevantes, secundários para dar enfoque mais intensivo e prolongado a conteúdos considerados básicos e essenciais no currículo.

As adaptações avaliativas dizem respeito:

- à variação de critérios, procedimentos, técnicas e instrumentos adotados para avaliar o aluno;
- á variação nos critérios de promoção.

As adaptações nos procedimentos didáticos e nas atividades de ensino-aprendizagem referem-se:

- à alteração nos métodos adotados para o ensino dos conteúdos curriculares;
- à introdução de atividades complementares ou alternativas, além das planejadas para a turma;
- à alteração do nível de abstração e de complexidade das atividades, oferecendo recursos de apoio;
- à seleção de materiais e sua adaptação.

As adaptações na temporalidade dizem respeito:

- à alteração no tempo previsto para a realização das atividades ou conteúdos;
- ao período para alcançar determinados objetivos;
- ao prolongamento ou redução no tempo de permanência do aluno na série, fase, ciclo ou etapa.

As adaptações de acesso ao currículo incluem providências ou recursos muitas vezes necessários aos alunos, tais como:

- mobiliários adequados;
- equipamentos específicos;
- recursos materiais adaptados;
- formas alternativas e ampliadas de comunicação;
- modalidades variadas de apoio para participar das atividades escolares;
- promoção de situações educacionais diferenciadas;
- recursos humanos especializados ou de apoio;
- adaptação espacial.

Segundo Carvalho (1997), as adaptações curriculares não devem ser entendidas como procedimentos totalmente individuais que envolvam apenas professor e o aluno. Podem e devem realizar-se em três níveis:

- no âmbito mais geral, envolvendo o projeto pedagógico da escola;
- no âmbito mais particular, envolvendo o currículo desenvolvido na sala de aula;
- no nível individual.

É preciso que o professor tenha em mente que essas adaptações devem ser realizadas a favor do aluno, podendo ser reduzidas ou ampliadas dependendo da necessidade que forem identificadas.

No Brasil, os procedimentos de adaptações curriculares estão respaldados pela Lei nº 9.394, de diretrizes e Bases da Educação Nacional (Cap. V Art. 59)

9- Educação e Cidadania

De acordo com Carvalho (1999), durante muito tempo muitos enganos foram cometidos a respeito dos deficientes mentais, entre estes erros, o mais grave foi acreditar que as pessoas com deficiência mental não aprendiam os conteúdos acadêmicos ensinados na escola. Por essa razão, a educação do deficiente era pautada na crença de que só teriam acesso a aprendizagem relacionadas a atividades da vida diária (auto – cuidado e segurança)

Segundo Montoan (1997), não se trata de selecionar habilidades intelectuais dentre às que as pessoas empregam para se ajustar aos desafios da vida acadêmica, mas é necessário que a escola valorize todo e qualquer nível de desempenho cognitivo e considerar o processo pelo qual a habilidade é exercida, para atingir um determinado fim. A escola deverá ver o deficiente como um ser único, e este conceito deverá ser empregado a todas as crianças independente de serem alunos especiais ou não.

A escola deverá fornecer um ambiente mais favorável com apoio nas adaptações curriculares adequadas às necessidades dos alunos. Carvalho (1999), confirma este aspecto, experiências educacionais bem sucedidas estão revelando que os alunos com deficiência mental podem e devem estudar nas escolares regulares, e que um adequado sistema de apoio educacional é suficiente pára lhe dar acesso ao currículo e apropriação do saber escolar. Mesmo, alunos com limitações intelectuais e adaptativas mais acentuadas mostram-se, muitas vezes, surpreendentes nas suas realizações.

Para que o aluno especial possa se desenvolver plenamente é necessário que lhe seja oferecido oportunidades num ambiente social estimulador, livre de segregação, um ambiente que não reforce as suas limitações , mas que possa desafiá-lo em busca da aprendizagem e de novas habilidades.

Segundo Mantoan (1997), a valorização dos papéis supõe não apenas a igualdade de oportunidades, mas a igualdade de valor entre as pessoas e, em conseqüência , o desenvolvimento de habilidades, talentos pessoais e papéis sociais, compatíveis com o contexto de vida, a cultura, a idade e o gênero. É certo que cada vez mais fica claro que o deficiente mental tem condições para viver

uma vida autônoma e participativa em sociedade, mas para isso é preciso uma mudança de paradigma.

Carvalho (1999) relata esse fato, no entanto coloca que o processo efetivo ainda está em andamento, pois cada vez mais se amplia a concepção de que as pessoas com deficiência mental têm potencialidades e habilidades que as credenciam para uma vida social e comunitária de qualidade.

III - REFERENCIAL METODOLÓGICO

A abordagem qualitativa foi à metodologia selecionada para este estudo. A pesquisa qualitativa de acordo com alguns autores (Lüdke e André, 1986; Goode e Hatt, 1968; Stake, 1983) permite um aprofundamento maior da questão aqui estudada – a importância da alfabetização na inclusão. Este aprofundamento é conseguido porque a abordagem qualitativa admite a relação direta do pesquisador com o fenômeno a ser estudado e com o meio aonde está acontecendo o fenômeno. Os resultados da pesquisa qualitativa são por natureza descritivos, o que permite a averiguação da complexidade do cotidiano escolar, tão propícia neste estudo.

Um dos instrumentos utilizados consiste na entrevista, através de questionários com questões abertas, com professores de alunos com necessidades educacionais especiais. A entrevista pode fornecer subsídios para que se possa analisar a questão da alfabetização destes alunos.

A busca de documentos em várias escolas do Distrito Federal, vai proporcionar informações factuais. Os documentos constituem em uma fonte rica e estável, podendo retirar evidências sobre o processo de alfabetização dos alunos com necessidades educacionais especiais. A análise dos documentos vai proporcionar a ratificação e validação de informações sobre o processo de alfabetização.

Sujeitos:

Professores de ambos os sexos, da faixa etária de 25 (vinte e cinco) anos a 47 (quarenta e sete) anos, regentes de classes das séries iniciais do ensino fundamental do Distrito Federal.

Procedimentos

A coleta de dados será feita através da aplicação de um questionário aberto, a cada um dos sujeitos selecionados, sobre o processo de alfabetização de crianças com deficiência mental.

Será realizada análise do relato verbal das respostas do questionário de cada sujeito

IV - Resultados

1- Caracterização do Sujeito

Sujeito	Idade	Formação	Classes de preferência	Tempo de atuação	Tempo de escola articular
01	45 anos	Pedagogia	Alfabetização	13 anos	02 anos
02	32 anos	Magistério Superior	Ed. Infantil	15 anos	
03	39 anos	Pedagogia	Condutas Típicas	13 anos	
04	36 anos	Filosofia	Condutas Típicas	13 anos	
05	28 anos	Pedagogia	Ed. Especial	08 anos	
06	35 anos	Pedagogia	Ed. Especial	08 anos	
07	42 anos	Magistério	Ed. Especial	15 anos	02 anos
08	36 anos	Pedagogia	Ed. Especial	12 anos	03 anos
09	39 anos	Magistério	Ed. Especial	15 anos	
10	28 anos	Magistério	Ed. Especial	08 anos	02 anos
11	36 anos	Pedagogia	Ed. Especial	07 anos	06 anos
12	43 anos	Pedagogia	Ed. Especial	08 anos	07 anos
13	37 anos	Pedagogia	Ed. Especial	09 anos	05 anos
14	42 anos	Pedagogia	Ed. Especial	10 anos	06 anos
15	41 anos	Pedagogia	Ed. Especial	10 anos	09 anos

2- Análise dos Resultados

Tabela n. 01

Habilidades para aprender		
Sujeito	Sim	Não
01	X	
02	X	
03	X	
04	X	
05		X
06	X	
07		X
08	X	
09		X
10		X
11	X	
12		X
13	X	
14	X	
15		X

Tabela 1.1

Quais habilidades para aprender.										
Sujeito	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
01	X									
02		X								
03			X	X						
04			X	X						
05										
06						X	X	X		
07								X		
08				X						
09								X		
10								X		
11									X	X
12										
13										
14										
15										

Legenda

A: Adequação do conteúdo

B: Facilitadores do processo ensino aprendizagem

C: Cognição

D: Habilidade psicomotora

E: Maturidade

F: Aprendizagem anterior

G: Maturidade Neuropsicomotora

H: Não apresenta

I: Atenção e concentração

J: Organização Espacial e Temporal

Os resultados indicam que a maioria dos sujeitos entrevistados (9 entre 15) referem que há necessidade de habilidade para aprender a ler. (tabela I) Entre as habilidades apontadas pelos sujeitos os referem que há necessidade diversificam entre 9 categorias para estas habilidades. Uma dessa categoria referem-se a adequação do conteúdo, a qual somente um dos sujeitos citou. Outra das categorias também citada por somente um dos sujeitos consiste em facilitadores do processo ensino aprendizagem mas como não era uma entrevista semi estruturada, não foi possível elucidar o que consistiria estes facilitadores. 2 (dois)

sujeitos referem ao potencial cognitivo como habilidade para a alfabetização. Maturidade neuropsicomotora e habilidade psicomotora foi a que a categoria mais mencionou. Outras duas características mencionadas também, somente por um sujeito cada uma mencionadas também somente por um sujeito, cada uma refere-se a atenção e concentração e à organização espacial e temporal. Interessante nestes dados, dispostos na tabela 1.1 e que apesar de na tabela 1 ter sido verificado que 6 (seis) dos sujeitos não dizem sobre habilidades para a alfabetização. Nesta tabela, contendo os mesmos sujeitos somente 4 (quatro) referem que não há necessidade de habilidades específicas para aprender a ler.

Tabela 2

A contribuição da leitura e escrita para a inclusão social											
Sujeito	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
01	X	X									
02			X								
03				X							
04	X										
05					X	X					
06					X	X					
07							X				
08		X									
09											
10								X			
11									X		
12											
13										X	
14											
15											X

Legenda

A: Seguir o nível da turma

B: Facilita a participação na sociedade

C: Conhecimento formal

D: Necessita para o mercado de trabalho

E: Acesso ao conhecimento

F: Acesso à cultura

G: Decodificação dos símbolos

H: Potencial máximo do ser humano

I: Autonomia cotidiana

J: Compreender e ser compreendida

k: Facilita Comunicação

Os sujeitos concordam que a aprendizagem da leitura e da escrita é importante para inclusão social. 2 (dois) sujeitos responderam que é importante para que os alunos possam seguir o nível da turma, mais 2 (dois) que facilita para a participação na sociedade, e 1 (um) respondeu que facilita para inserção no mercado de trabalho. 1 (um) respondeu que facilita no acesso ao conhecimento formal, 2 (dois) responderam que dá acesso a cultura, e 1(um) respondeu que facilita na decodificação dos símbolos. 1 (um) se referiu a aquisição da leitura e escrita dá acesso ao potencial máximo do ser humano, no entanto, não possível relacionar em que aspectos ela se referia. 1(um) sujeito se refere a facilitação da vida cotidiana, e outro também, se refere ao mesmo aspecto pois segundo ele ajuda a criança a compreender e ser compreendida de forma mais eficaz, 1 (sujeito) também, se refere ao mesmo aspecto citando facilitação da comunicação.

Tabela 03

Compreensão da inclusão social												
Sujeito	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
01	X											
02		X										
03	X											
04			X	X								
05							X					
06			X									
07								X				
08									X			
09										X		X
10											X	
11					X							
12					X					X		
13												
14											X	
15						X						

Legenda

- A: Qualidade de vida na sociedade
- B: Exercício da cidadania
- C: Direitos iguais para todos
- D: Educação para todos
- E: Igualdade de oportunidades
- F: Processo interativo
- G: Participação ativa e efetiva na sociedade
- H: Agente transformador de idéias
- I: Integração do ser limitado na sociedade
- J: Compreensão das diferenças
- K: Integração no ensino regular
- L: Respeito

Foi evidenciado nesta questão que a maioria dos entrevistados (7 entre 15) que inclusão é qualidade de vida, exercício de cidadania, participação ativa e efetiva na sociedade, respeito aos direitos e igualdade para todos. 1(um) respondeu que inclusão é educação para todos, 2(dois) se referiram a igualdade de oportunidades , 1 (um) sujeito se referiu a inclusão como um agente transformador de idéias, não ficou evidente em que aspectos o sujeito se referia, pois a inclusão é muito mais que uma quebra de paradigma. 1(um) se refere a compreensão das diferenças, 1(um) sujeito se refere a inclusão com a integração do ser limitado na sociedade, evidenciou aqui que o professor desconhece realmente o que é inclusão. Nesta tabela apenas 1 (um) citou que é a integração no ensino regular confundindo o conceito de inclusão e integração.

Tabela 04

Processo de alfabetização do aluno com deficiência mental															
Sujeito	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
01	X														
02		X	X												
03		X	X												
04				X											
05		X	X												
06		X	X												
07					X	X									
08		X													
09							X								
10						X		X	X	X	X		X		
11						X							X		
12														X	X
13														X	X
14												X	X		
15												X			

Legenda

A: Início na AVDs

B: Maior tempo, ritmo mais lento

C: Mais recursos didáticos

D: Atividades adequadas ao ritmo

E: Planejamento adequado

F: Maior atenção do professor

G: Igual a todas as crianças

H: rico em estímulo

I: Material concreto

J: Utilização da psicomotricidade

K: Lúdico

L: aproveitamento das habilidades

M: Gradativo

N: Adaptação curricular

O: Qualificação do professor

Os resultados indicaram que 5(cinco) concordam que o ritmo é mais lento exigindo um maior tempo para aprendizagem do conteúdo. 4(quatro) concordam

que é necessário mais recursos didáticos, somente 1(um) citou a adequação das atividades ao ritmo do aluno. Alguns sujeitos com palavras diferentes, mas se referindo a um mesmo ponto destacaram a importância da ação do professor , 1(um) citou que é necessário maior atenção do professor, 1(um) destacou a questão do planejamento adequado ao aluno, 2(dois) citaram a qualificação do professor. 2(dois) citaram a necessidade da adaptação curricular. Alguns dos entrevistados entraram em contradição 1(um) citou que é igual para todos os alunos, 3 (três) responderam que o processo é gradativo. Outros professores se referiram a motivação, 1(um) sujeito destaca a importância da ludicidade, 1(um) se refere aos estímulos e 1(um) citou a utilização do material concreto.

Tabela 05

Comportamento do deficiente mental em sala de aula															
Sujeito	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	P
01	X														
02		X	X												
03				X											
04					X										
05															
06		X				X									
07							X	X							
08									X						
09								X							
10										X	X	X			
11													X	X	
12							X								
13							X								
14	X														X
15															X

Legenda

- A: Dificuldade na relação afetiva
- B: Dificuldade na interação
- C: Menor interesse pelo conteúdo
- D: Atitudes de acordo com o comprometimento
- E: Necessita de maior atenção
- F: Dificuldade no comportamento
- G: Normal

H: As atitudes dependem do professor
I: Repetição de informação
J: carinhosos
K: Participativos
L: Hiperativos
M: Necessita de limites
N: Dificuldade de atenção e concentração
O: Inibição

Vários aspectos foram relacionados nesta questão, alguns até mesmo contraditórios, 1(um) sujeito colocou que a criança apresenta dificuldade na relação afetiva, no entanto outro sujeito diz ao contrário que são carinhosos, 3(três) colocaram que as crianças tem dificuldade na interação, porém, 3(três) disseram que o relacionamento é normal. 1(um) sujeito respondeu que os alunos são participativos, contraditoriamente 1(um) respondeu que eles tem menor interesse pelo contexto. Foi possível também, identificar a importância do professor como mediador, pois 1(um) colocou que o aluno necessita de limites, 2(dois) colocaram que as atitudes do aluno dependem da ação do professor, 1(um) colocou que precisam de maior atenção, 1(um) respondeu que as atitudes do aluno está ligada ao comprometimento da criança, 1(um) respondeu que eles apresentam dificuldade de comportamento. 2(dois) entrevistados levantaram as dificuldades de concentração e atenção e 1(um) se referiu a necessidade da repetição das informações. Ficou evidente nesta questão que os alunos realmente necessitam da intervenção e mediação do professor de forma mais direta.

Tabela 06

Aspectos importantes para aprendizagem da leitura e escrita																										
Sujeito	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V				
01	X																									
02		X																								
03				X	X																					
04						X	X																			
05												X														
06							X	X																		
07									X																	
08											X		X													
09														X												
10															X	X	X		X							
11									X	X											X	X	X			
12			X									X														
13																			X							
14																										
15																				X						

Legenda

A: Iniciar pela leitura incidental

B; Maturação

C: Planejamento

D: Influência do meio

E: Cognitivo preservado

F: Vivência do aluno

G: Materiais concretos

H: Participação da família

I: Oralidade

J: Letramento

K: Inferência

L: Professor preparado

M: Incentivo

N: Lúdico

O: Aspecto psicomotor

P: Afetivo

Q: Sócio econômico

R: Método

S: Cognitivo

T: Percepção visual

U: Motivação

V: Atenção e concentração

Vários aspectos foram levantados entre eles foram citados fatores orgânicos, psicológicos e ambientais, 1(um) sujeito citou a importância da maturação neurológica, 1(um) se referiu ao cognitivo preservado, outro levantou a questão da oralidade, 1 (um) sujeito citou também a questão do cognitivo sem especificar, 1(um) sujeito se referiu a atenção e concentração. A percepção visual também foi citada por 1 (um) entrevistado. O afetivo foi lembrado por 1(um) sujeito. 1(um) sujeito citou a influência do meio, outro a vivência do aluno, e ainda foi lembrado por 1 (um) entrevistado a participação da família, a questão do letramento social também foi citada por 1 (um) sujeito. A condição sócio – econômica não foi esquecida por um sujeito. Aspectos ligados ao professor também foram citados, como: planejamento adequado relacionado por 1(um) sujeito. 1(um) entrevistado relacionou o início do trabalho pela leitura incidental, a utilização de materiais concretos foi relacionado por 2 (dois) entrevistados, a questão da inferência também foi citada, infelizmente não foi maiores detalhes para que a resposta ficasse mais clara. A questão referente às aulas também foi lembrado, ensino lúdico citado por 1 (um) entrevistado trabalhar os aspectos psicomotores e o método adequado citados também por um único sujeito.

Tabela 07

Influência no autoconceito do aluno		
Sujeito	Sim	Não
01	X	
02	X	
03	X	
04	X	
05	X	
06	X	
07	X	
08	X	
09	X	
10	X	
11	X	
12	X	
13	X	
14	X	
15	X	

Tabela 7.1

Sujeito	A	B	C	D	E	F	G	H
01								
02								
03								
04	X							
05								
06		X	X					
07				X				
08					X			
09								
10		X				X		
11		X				X		
12						X		
13						X	X	
14								X
15				X				

Legenda

A: Professor exemplo

B: Professor Mediador

C: Professor Facilitador

D: Professor papel fundamental

E: Ações afirmativas

F: Incentivo

G: Valorização das habilidades

H: Bom relacionamento em sala

Os resultados indicam que os sujeitos concordam em 100% (cem por cento) que o professor pode influenciar na auto-estima do aluno. Quando é perguntado de que forma surgem várias respostas que chegam a um denominador comum, professor no papel fundamental, professor exemplo, citado por 1(um) entrevistado, destacado por 3 (três) sujeitos o professor mediador, 1 (um) entrevistado falou do professor facilitador e 4 (quatro) entrevistados relacionaram o professor incentivador. Valorização das habilidades do aluno destacado por 1(um) sujeito, bom relacionamento em sala e também foi citada as ações afirmativas do professor.

Tabela 08

Contato com deficientes mentais alfabetizados		
Sujeito	Sim	Não
01	X	
02	X	
03	X	
04	X	
05	X	
06	X	
07	X	
08	X	
09	X	
10	X	
11	X	
12	X	
13	X	
14	X	
15	X	

Todos os sujeitos entrevistados já tiveram algum contato com crianças deficientes mentais que foram alfabetizados.

Tabela 09

Experiência na alfabetização do aluno com necessidades educativas especiais		
Sujeito	Sim	Não
01	X	
02		X
03		X
04	X	
05	X	
06	X	
07	X	
08		X
09	X	
10	X	
11	X	
12	X	
13	X	
14	X	
15	X	

Tabela 9.1

Sujeito	A	B	C	D	E
01	X	X			
02					
03					
04	X				
05	X				
06	X				
07	X		X	X	
08					
09	X	X	X	X	X
10	X				
11	X		X	X	
12			X	X	
13					
14	X				
15	X		X	X	

Legenda:

A: Deficiência Mental

B: Deficiência Física

C: Deficiência Auditiva

D: Condutas Típicas

E: Deficiência Múltipla

Os resultados indicam que somente três professores ainda não alfabetizaram crianças com necessidades educativas especiais. 10 (dez) sujeitos já alfabetizaram alunos com deficiência mental, 2 (dois) entrevistados já alfabetizaram deficientes físicos, 5 (cinco) sujeitos já alfabetizaram deficientes auditivos, e 2 (dois) sujeitos já alfabetizaram alunos de condutas típicas, e 1 (um) já alfabetizou o deficiente múltiplo.

V – Discussão dos Resultados

De acordo com José e Coelho (2004), para que a aprendizagem se processe, é necessário que o organismo esteja suficientemente maduro para recebê-la, o processo de aprendizagem depende de vários outros fatores como intelectual, psicomotor, físico e social. No entanto, 6 (seis) professores responderam que não há necessidade de habilidades para aprender. Os professores são contraditórios ao mesmo tempo que relatam a não necessidade de habilidades para aprender, citam na questão seguinte algumas habilidades necessárias como maturidade neuropsicomotora, atenção, concentração e a organização espaço temporal. Segundo Mantoan (1987) quando falamos de alfabetização dos deficientes mentais a prática pedagógica deverá empenhar-se no sentido de promover a autonomia das pessoas com deficiência mental, o que supõe o uso de habilidades intelectuais alternativas, ou seja, comportamentos que são compatíveis com a capacidade intelectual de cada sujeito; em um dado momento e perante um determinado conteúdo. Para alfabetizar o deficiente mental não é preciso selecionar habilidades intelectuais iguais a todos, o mais importante é valorizar todo e qualquer nível de desenvolvimento para atingir um determinado fim.

Os sujeitos reconhecem que a leitura e escrita facilitam no processo de inclusão, pois facilita a participação social, dá acesso ao conhecimento, favorece a autonomia cotidiana, facilita a comunicação, entre compreender e ser compreendido, ajuda na decodificação dos símbolos, dá acesso a cultura e facilita para inserção no mercado de trabalho. Segundo Mantoan (1987) o principal

desafio da educação é a autonomia social e intelectual de todas as crianças, e um direito de todos. Segundo Carvalho (1995), a inclusão escolar é o primeiro passo para uma jornada muito maior que é a inclusão social. A inclusão escolar é o passo mais indutor.

A entrevista suscitou vários entendimentos a respeito da inclusão, onde 1 (um) único sujeito respondeu que é a integração do ser limitado na sociedade, infelizmente é possível verificar que esta questão não está muito clara para alguns professores. Segundo Carvalho (1995), estamos defendendo é a construção de uma sociedade inclusiva que estabeleça um compromisso com as minorias, dentre as quais se inserem os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. Foi possível observar também, que muitos professores estão conscientes do tamanho do processo de inclusão e deram respostas claras e conscientes.

Cada aluno deficiente ou não deve ser visto como ser único e as adaptações curriculares vem para que o professor possa trabalhar a diversidade em sala de aula, segundo Edler Carvalho (1997), remover barreiras à aprendizagem é pensar em todos os alunos como seres únicos em seu processo de crescimento e desenvolvimento, que vivenciam o processo de ensino-aprendizagem de maneira diversa, quer seja por suas diferenças individuais, ou por seus interesses e motivações intrínsecos.

Sobre o comportamento da criança especial em sala, foi possível observar que os sujeitos responderam segundo as suas próprias experiências, colocaram também, em evidência a necessidade de um professor preparado para necessidade de um professor preparado para trabalhar com a diversidade. O professor torna-se uma figura central neste processo. Segundo Edler Carvalho (1997), o favorecimento da aprendizagem de qualquer aluno implica, para o educador, conhecer também o processo do desenvolvimento humano em toda a sua dimensão, pois aprender é em grande medida, um processo também social.

Os professores citaram alguns aspectos importantes para que a aprendizagem aconteça, no entanto, é preciso que o professor considere a criança especial como ser único, e não o compare a maioria das crianças. Segundo Montoan (1997), não se trata de selecionar habilidades intelectuais dentre aquelas que são comuns. O que importa é valorizar todo e qualquer nível

de desempenho cognitivo e considerar o processo pelo qual a habilidade é exercida para atingir um determinado fim.

VI- Considerações Finais

Ao longo da história da humanidade pode ser observado os diferentes tipos de percepção a respeito do deficiente mental. Acreditou-se que pessoa com deficiência mental não conseguia aprender conteúdos acadêmicos que são ensinados na escola regular. Por este motivo o deficiente mental foi privado de um direito que hoje lhe é garantido constitucionalmente.

Por este motivo, ainda hoje se observa uma herança de preconceitos e mitos, embora os direitos destes tenham sido bastante elaborados e proclamados em congressos e instituições nacionais e internacionais. Um dos motivos principais é a falta de esclarecimentos não só de educadores, mas de toda a sociedade.

A partir do início deste século, muitas mudanças positivas tem acontecido, o desenvolvimento científico e ético da humanidade tem oportunizado estudos que demonstram que as diferenças individuais, seja no campo cognitivo, físico ou sensorial, não representa uma fatalidade, nem pode privar as pessoas de ter uma experiência no real, de viverem uma vida plena e produtiva.

Todos nós somos diferentes, a diferença é uma característica própria do ser humano, é ela que nos faz únicos, inigualáveis, porque então acreditar que as pessoas deficientes mentais são todas iguais. Cada indivíduo deficiente ou não possui características próprias, com personalidade e padrões específicos de desempenho. Não podemos julgar a capacidade de uma criança deficiente mental só porque conhecemos histórias, segundo nossas próprias experiências e convicções.

Portanto, não podemos continuar privando o deficiente mental de viver num ambiente estimulador, livre de segregação e preconceitos. Diminuindo o seu potencial e generalizando as suas limitações como se pudéssemos avaliar a todos. Cada vez mais se ampliam as concepções de que a pessoa com deficiência mental têm potencialidades e habilidades que os dão o direito a uma vida social e comunitária de qualidade. Desta forma hoje estamos em busca de uma sociedade inclusiva, que possa estar aberta para todos independentemente de cor, raça ou classe social.

Uma sociedade inclusiva visa o bem estar de todos os seus cidadãos, dentre os quais se inserem os alunos com necessidades educativas especiais.

Dentro de uma sociedade inclusiva, a escola deve ser aberta, pluralista e democrática, portanto, deve estar de portas abertas para todos. Frente a esse novo paradigma educativo a escola deve definir meios efetivos que possibilitem o acesso de todos promovendo uma educação qualidade que atenda a toda diversidade humana.

Portanto, torna-se necessário medidas de adequação de currículo, de métodos que possa efetivamente atender as particularidades do aluno com necessidades educativas especiais. O entendimento da escola como um espaço inclusivo nos leva a acreditar que os alunos deficiente mentais, ou não terão a oportunidade de vivenciar a riqueza que a diferença. Nesse processo se torna necessário que os profissionais da educação estejam preparados para trabalhar com a diversidade que exigira novos conhecimentos e procedimentos.

Assim, no decorrer deste estudo ficou claro a importância da formação do educador para trabalhar com a alfabetização do deficiente mental. Torna-se necessário, que o professor se especialize no seu aluno, não avaliando o ser humano por partes e nem comparando-o com outros. O ser humano deve ser visto na sua totalidade.

Na realização deste estudo surgiram muitos questionamentos a respeito da formação deste educador, e quais os melhores métodos que poderiam ser adotados para a alfabetização do aluno com necessidades educativas especiais.

Muitos pontos deveriam aqui figurar, entretanto, neste momento é importante, reiterar que o compromisso do professor é a base da escola inclusiva. E que esta inclusão não está ajudando somente a criança com necessidades educativas especiais, mas este processo é uma via de mão dupla, constituindo um motivo para que a escola e o ensino, também, se modernize para atender as novas exigências da sociedade que não admite preconceito e discriminação.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- 1- BOBBIO. N. **A Era dos Direitos** . Rio de Janeiro, Campus. 1992, Trad. Carlos Nelson Coutinho.
- 2- BONETI, Rita Vieira de Figueredo. **A escola como lugar de integração ou segregação da criança portadora de deficiência intelectual**. Educação em questão. 1996.
- 3- BRASIL, **A Educação Especial no Contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1999.
- 4- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Educação Especial: D deficiência Mental**. Brasília, 1997.
- 5- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação a Distância. **Cadernos da TV escola. Educação Especial: Deficiência Mental/ Deficiência Física**. Brasília. 1998.
- 6- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Curriculares/ Secretaria De Educação Especial**. Brasília: MEC/ SEF/ SEESP. 1999
- 7- BRASIL, **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP.1994
- 8- CARVALHO. E. N. S. De & Monte, F. R. F. do. **A educação inclusiva de portadores de deficiências em escolas públicas do DF**. In. GOYOS, C.; ALMEIDA, M.A &
- 9- CARVALHO. Erenice Natália Soares. (org.). **Deficiência mental: série atualidades pedagógicas**. Brasília: SEESP. 1997.
- 10- CHIZZOTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez. 1998.
- 11- EDLER CARVALHO, R. Falando da integração da pessoa deficiente. In. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo. Memnon, 1997.
- 12- ESTEBAN, Maria Teresa. **Repensando o fracasso escolar**. In O sucesso escolar: um desafio pedagógico. Cadernos Cedes. São Paulo: Cortez. 1989.
- 13- FERREIRA, Maria Elisa Caputo e GUIMARÃES Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A. 2003.
- 14- FONSECA. Vítor da. **Educação Especial: Programa de Estimulação Precoce**. Uma Introdução às idéias de Feustein. Porto Alegre: Artes Médicas. 1995.

- 15- GOFFREDO, Vera Lúcia Flor S. et al. Caderno de estudo – **Educação Especial**. Rio de Janeiro, Fesp-RJ. 1997.
- 16- MAZZOTA, Marcos J.S. **Fundamentos de Educação Especial**. São Paulo: Pioneira. 1982.
- 17- MACEDO, Lino de e AMARO, Deigles Giacomelli. **Observação do aluno no cotidiano escolar: uma necessidade para a prática inclusiva** in: SCOZ, B.J. L et alli (orgs). **PSICOPEDAGOGIA CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PÓS-MODERNA**. Petrópolis/RJ: Vozes; São Paulo: ABPp. 2004
- 18- MADER, Gabriele. **Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma**. In MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **A integração da pessoa portadora de deficiência**. São Paulo: Mennon. 1997.
- 19- MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Tecnologia e educação na perspectiva inclusiva in CAPOVILLA, F.C: Gonçalves, M.J. MACEDO E.C. (org) **Tecnologia em (re) habilitação cognitiva: Uma perspectiva Multidisciplinar**. São Paulo Edunisc, 1998.
- 20- _____. **Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação de professores**. In **A integração de pessoas com deficiência. Contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon. 1997.
- 21- MIELNIK, Isaac. **Dicionário de Termos Psiquiátricos**. São Paulo: Livraria Roca Ltda. 1987
- 22- MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Porto Alegre. Artmed. 2003
- 23- Perrenoud, Philippe. **A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed. 2001.
- 24- REVISTA INTEGRAÇÃO. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Especial. N. 16. 1996 – Trimestral.
- 25- ROSADAS, Sidney Carvalho. **Educação Física e Prática Pedagógica: Portadores de Deficiência Mental**. Vitória-ES: UFES. Centro de Educação Física e Desportos. 1995.
- 26- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro-RJ: WVA.1998.
TEIXEIRA, Fátima Emília da Conceição. **Aprendendo aprender**. Brasília: UNICEUB. 2003
- 27- SOUZA, D. de (org.). **Temas em Educação Especial**. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, 1995.

QUESTIONÁRIO

1) Há necessidade da criança ter habilidades para aprender? Quais

() sim

() não

Comente:

2) De que forma a aprendizagem da leitura e escrita contribui para a inclusão social?

3) O que você entende por processo de inclusão social?

4) Na sua opinião como é o processo da alfabetização do aluno com necessidades educacionais especiais, que apresenta déficit cognitivo, ou deficiência mental?

5) Como o aluno que apresenta deficiência mental ou déficit cognitivo se comporta na sala de aula? Em relação as atitudes, a aprendizagem e a interação com os colegas.

6) Que aspectos são importantes para a aprendizagem da leitura e da escrita?

7) Você acredita que o professor pode influenciar no autoconceito positivo do seu aluno? Explique.

8) você já teve contato ou sabe de alunos com deficiência mental que aprenderam a ler?

9) Você já alfabetizou crianças com necessidades educacionais especiais? Quais necessidades?
